



*INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA - MS*

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA-MS**

EXERCÍCIO DE 2021

*RUA SENADOR AURO SOARES DE MOURA ANDRADE, 1159 - BAIRRO CAPILÉ - CEP: 79.750-000
TELEFONES: (67) 3441-1187 / 3441-2186 – previna993@gmail.com*



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA - MS**

O Instituto de Previdência Social é gerido administrativamente por:

Conselho Curador – Órgão Deliberativo

Diretoria –Órgão Executivo

Conselho Fiscal – Órgão de Controle

Comitê de Investimentos –Órgão Consultivo

O Conselho Curador é composto por servidores efetivos do município e que possuam escolaridade de nível superior. São eles:

Representantes do Executivo Municipal:

Itamara Oliveira Gimenez, como Titular - Certificada CPA -10

Representantes do Legislativo Municipal:

Edna Valéria Diniz da Motta, como Titular

Marcos Roberto Mattos, como Suplente

Representantes dos servidores ativos escolhidos em eleição:

Suzana da Silva Souza, como Titular

Kelly Cristina de Souza Campos Borba, como Titular

Carlos Augusto Correa Roberto Simões, como Suplente

Regina Meira Leite, como Suplente

Representante dos servidores inativos escolhidos em eleição:

Maria Ivane de Oliveira Costa, como Titular - Certificada CPA-10

Regina Celia Dan, como Suplente

A Diretoria executiva do PREVINA é composta por 03 diretores que são servidores efetivos do município e que possuam escolaridade de nível superior. São eles:

Diretor Presidente: Edna Chulli;

Diretora Secretária e de Benefícios: Adriana Rodrigues Pimenta e

Diretor Financeiro: Bruno Alves de Sales.

O Conselho Fiscal é composto por servidores efetivos do município e que possuam escolaridade de nível superior. São eles:

Representantes do Executivo Municipal:



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE NOVA ANDRADINA - MS**

Hermes José dos Santos, como Titular

Ana Cristina Gonçalves dos Santos, como Suplente

Representantes do Legislativo Municipal:

Ellen Vanessa Diniz Fretis, como Titular

Everton Araujo Bispo dos Santos, como Suplente

Representantes dos servidores ativos escolhidos em eleição:

Jozeli Chulli da Silva, como Titular

Erika Cristina Pereira da Rocha Bravin, como Titular - Certificada CPA-10

Lucimara Caccia Faverssiani, como Suplente

Herlon Ricardo Gambarim Santos, como Suplente

Representante dos servidores inativos escolhidos em eleição:

Maria Neuza de Souza Rosa, como Titular - Certificada CPA-10

Não há Suplente, devido a falta de candidatos para essa disputa

O Comitê de Investimentos é composto por servidores efetivos do município e que possuam escolaridade de nível superior e certificação por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica no Mercado Brasileiro de Capitais. São eles:

Representantes do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina-MS

Edna Chulli – Diretora Presidente – Certificada CPA-20

Bruno Alves de Sales – Diretor Financeiro – Certificado CPA-10, CPA-20 e CEA

Representante do Poder Executivo Municipal

Rodrigo Aguirre de Araujo, como Titular – Certificado CPA-20

Graciele Fernandes Pereira, como Suplente – Certificada CPA-10

Representante do Legislativo Municipal

Marcos Daniel Santi, como Titular – Certificado CPA-10

Alan Jelles Lopes Ibrahim, como Suplente – Certificado CPA-10

Representante do Conselho Curador

Rodrigo Henrique de Oliveira, como Titular – Certificado CPA-10

Leandro Domingues, como Suplente



Sumário

1. Apresentação – Contexto Operacional	5
2. Demonstrações Contábeis	5
3. Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis	5
3.1. Resumo das Principais Políticas Contábeis	6
3.2 Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais	7
3.3 Declaração de Conformidade	8
4. Informação Complementar dos Principais itens das Demonstrações Contábeis	8
4.1 Notas do Balanço Patrimonial.....	8
Nota 4.2 Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP	11
Nota 4.3 Balanço Orçamentário	12
Nota 4.4 Balanço Financeiro	15
Nota 4.5 Demonstrativo da Dívida Flutuante	16
Nota 4.6 Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC	17
Nota 4.7 Informações Relevantes.....	18
4.7.1 Demonstrativo das Despesas e Administrativas para Manutenção Do RPPS.....	18
4.8 Considerações Finais	19



Apresentação – Contexto Operacional

O Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina-MS, CNPJ: 15.358.498/0001-36 está situado à Rua Senador Auro Soares de Moura Andrade nº 1159, Bairro Capilé, foi criado através da Lei Municipal nº 993, de 1º de setembro de 2011 e posteriores alterações, é uma entidade autárquica com personalidade jurídica de direito Público interno, integrante da administração indireta do Município com autonomia administrativa e financeira, ao qual compete a administração, o gerenciamento e a operacionalização do RPPS, incluindo a arrecadação e gestão de recursos previdenciários, homologação dos benefícios de aposentadoria e pensão, o pagamento e a manutenção desses benefícios, observando os critérios legais, de forma a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, em conformidade com as avaliações atuariais realizadas em cada exercício financeiro.

A Previdência Social é um direito dos servidores e de sua família garantido pela Constituição Federal com o objetivo de ampará-lo nos eventos de benefícios.

O Plano de Benefícios do PREVINA estabelece ao segurado aposentadoria e aos dependentes pensão por morte.

Demonstrações Contábeis

Balanco Patrimonial (BP);

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);

Balanco Orçamentário (BO);

Balanco Financeiro (BF);

Demonstração da Dívida Flutuante e

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas

do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP - 8ª edição) da Secretaria do Tesouro Nacional e demais normativos vigentes aplicados aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS's).

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras do setor público NBCT SP e o MCASP e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração da Dívida Flutuante;
- VI. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

3.1. Resumo das Principais Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados, tendo em consideração as premissas das NBCT SP e do MCASP.

- Moeda funcional – A Moeda funcional utilizada para o reconhecimento, mensuração e a evidenciação das demonstrações contábeis é o real.
- Caixa e Equivalentes de Caixa - Inclui dinheiro em contas bancárias e aplicações de liquidez imediata.
- Investimentos e aplicações Temporárias de Curto Prazo – São as aplicações de recursos em diversos fundos de investimento destinados a manutenção dos benefícios previdenciários aos segurados do Instituto de Previdência Social. Os saldos são atualizados mensalmente conforme a marcação a mercado, de acordo com a rentabilidade oferecida pelo Fundo de Investimento de acordo com IPC 14.
- Estoques – Compreendem os materiais em almoxarifado para suprimento das atividades diárias da entidade. Na entrada, esses materiais são avaliados pelo valor de aquisição e na saída, ou seja, consumo é o custo médio ponderado (art. 85 da Lei 4.320/64).
- Imobilizado – É composto pelos bens móveis do Instituto. É reconhecido inicialmente pelo valor de aquisição. Após o reconhecimento inicial os bens ficam sujeitos à depreciação.
- Depreciação dos bens móveis – O método de cálculo da depreciação é feito conforme Decreto Municipal nº 1.600/2015 em face de determinações contidas nas Portarias STN nº828/2011, 753/2012 e

548/2015, em atendimento às NBCASP e às Resoluções nº 1.136/2008 e 1.137/2008 do Conselho Federal de Contabilidade.

- Passivo circulantes e não circulantes – As obrigações de curto prazo são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e juros ocorridas até a data das demonstrações contábeis. O passivo circulante é composto por obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar; fornecedores e contas a pagar e demais obrigações a pagar no curto prazo. O passivo não circulante é composto pelas provisões a longo prazo, referem as provisões matemáticas previdenciárias conforme a necessidade do reconhecimento do passivo atuarial do RPPS e sua evidenciação no Balanço Patrimonial. O cálculo atuarial está de acordo com as normas dos artigos 26 e 27 da Portaria MF 464/2018 e a Instrução Normativa nº 02/2018. Os cálculos foram realizados em conformidade a Nota técnica atuarial, enviadas ao MPS, conforme previsto no artigo 8º da Portaria MPS nº 464/2018.

- Apuração do Resultado – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

- i. Na Demonstração das Variações Patrimoniais é apurado o Resultado Patrimonial, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial e caso contrário será Déficit Patrimonial.

- ii. No Balanço Orçamentário é apurado o Resultado Orçamentário o valor de coluna da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada, se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário será Déficit Orçamentário.

- iii. No Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado o Resultado Financeiro confrontando com o Saldo Anterior, se for positivo será um Superávit Financeiro e caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feita no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este se superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

3.2 Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Portaria STN nº 548/2015 dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Na referida portaria foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634/2013, e as regras aplicáveis descritas no MCASP. Os procedimentos aplicáveis e implantado pelo RPPS são:

- PCP 5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.

- PCP 6 - Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas;
 - PCP 7 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.
 - PCP 10 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.
 - PCP 11 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex: 13º salário, férias, etc).
 - PCP 12 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.
 - PCP 13 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.
- PCP 18 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.

3.3 Declaração de Conformidade

Declaro que as informações evidenciadas nas Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração da Dívida Flutuante e Demonstração dos Fluxos de Caixa foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a lei 4.320/64, a lei complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição – MCASP e refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação patrimonial, orçamentária e financeira em 31/12/2021.

Nova Andradina-MS, 14/02/2022.

Gislaine Teixeira Ervilha

CRC/MS 012922/O-2

4. Informação Complementar dos Principais itens das Demonstrações Contábeis

4.1 Notas do Balanço Patrimonial

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	83.893.504,19	76.992.330,91	PASSIVO CIRCULANTE	73.104,93	73.785,21



Caixa e Equivalente De Caixa	65,85	624,49	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	9.081,19	29.608,57
Investimentos e Aplicações Temporárias	83.882.919,16	76.985.227,61	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	34.451,92	25.147,86
Estoques	9.882,08	5.842,19	Demais Obrigações a Curto Prazo	29.571,82	19.028,78
VPD Pagas Antecipadamente	637,10	636,62	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	82.051.948,93	65.103.121,37
ATIVO NÃO CIRCULANTE	44.102,94	65.803,25	Provisão a Longo Prazo	82.051.948,93	65.103.121,37
Imobilizado	44.102,94	65.803,25	TOTAL DO PASSIVO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	82.125.053,86	65.176.906,58
				Exercício Atual	Exercício Anterior
			Resultados Acumulados	1.812.553,27	11.881.227,58
			Resultado do Exercício	-10.068.674,31	-1.388.258,74
			Resultado de Exercícios Anteriores	11.881.227,58	13.269.486,32
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.812.553,27	11.881.227,58
TOTAL	77.058.134,16	63.890.809,69	TOTAL	83.937.607,13	77.058.134,16
Ativo Financeiro	76.985.852,10	63.800.283,23	Passivo Financeiro	193.642,74	68.489,31
Ativo Permanente	72.282,06	90.523,46	Passivo Permanente	82.060.005,08	65.118.854,34
Saldo Patrimonial				1.683.959,31	11.870.790,51
					Compensações
Saldos dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Saldos dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Execução de Obrigações Contratuais	453.792,73	236.901,47
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	453.792,73	236.901,47

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro no Apurado no Balanço Patrimonial

Destinação de Recursos	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ordinária	0,00	0,00
Vinculadas	83.781.155,26	76.899.762,65
3 – Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS	82.112.454,75	75.466.771,48
43 – Recursos vinculados ao RPPS – Taxa de Administração	360.801,66	641.760,49
44 – Recursos do Superávit da Taxa de Administração	1.307.898,85	791.230,68
TOTAL	83.781.155,26	76.899.762,65

O Ativo Circulante é de R\$ 83.893.504,19.

Caixa e Equivalente de Caixa – na conta corrente o saldo é de R\$ 65,85.

Os estoques são os materiais de consumo utilizado diariamente na sede do Instituto e o saldo é de R\$ 9.882,08.

As variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente referem-se a prêmios de seguros a apropriar do veículo oficial do Instituto e o saldo é de R\$ 637,10.

Investimentos e Aplicações Financeiras estão Aplicados em Fundos de Investimentos o valor é de: R\$ 83.882.919,16. Os Investimentos são compostos por Aplicações com recursos previdenciários no valor de R\$ 82.051.883,07 nas seguintes Instituições Financeiras: Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Bradesco; os Recursos do Superávit da Taxa de Administração no valor de R\$ 1.307.898,85 estão alocados na Instituição Financeira Caixa Econômica Federal e os Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração no valor de R\$ 523.137,24 estão alocados na Instituição Financeira Banco do Brasil.

O ativo não circulante refere ao Imobilizado que é composto por bens móveis R\$ 44.102,94.

Segue abaixo o quadro demonstrando as movimentações ocorridas nesta conta no decorrer do exercício.

Saldo Anterior	Aquisições	Incorporação	Baixa	Depreciação	Saldo Atual
65.803,25	-	-	-	21.700,31	44.102,94

Total do Ativo Circulante e Não Circulante: 83.937.607,13.

O Ativo Financeiro é composto pelas contas: Caixa e Equivalente de Caixa e Investimentos e Aplicações Financeiras que juntas somam: R\$ 83.882.985,01.

O Ativo Permanente é composto pelas contas: Estoques, Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente e Imobilizado que juntas somam: R\$ 54.622,12.

O Passivo Circulante é de R\$ 73.104,93.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar R\$ 9.081,19 - refere-se a provisão de férias no valor de R\$ 8.056,15 e Benefícios no valor de R\$ 1.025,04.

Fornecedores e contas a pagar a curto prazo R\$ 34.451,92.

Demais obrigações a curto prazo refere-se aos Depósitos Consignados no valor de R\$ 29.571,82.

O Passivo não Circulante é composto pelas Provisões a Longo Prazo e refere-se aos Benefícios Previdenciários a pagar no longo no valor de R\$ 82.051.948,93.

Total do Passivo R\$ 82.125.053,86.

Patrimônio Líquido

Resultados acumulados R\$ 1.812.553,27.

Resultado do Exercício R\$ - 10.068.674,31.

Resultado de Exercícios Anteriores R\$ 11.881.227,58.

Total do Patrimônio Líquido R\$ 1.812.553,27.

O Passivo Financeiro é de R\$ 193.642,74 e estão distribuídos da seguinte forma:

Restos a Pagar Processados	35.476,96
Restos a Pagar não Processados	128.593,96
Depósitos	29.571,82
Total	193.642,74

O passivo permanente é de R\$ 82.060.005,08 incluindo à provisão de férias no valor de R\$ 8.056,15 e R\$ 82.051.948,93 refere-se aos Benefícios Previdenciários a pagar no longo prazo conforme demonstrado na nota técnica atuarial elaborada para o exercício de 2021.

As execuções de obrigações contratuais durante o exercício foram na ordem de R\$ 453.792,73.

Nota 4.2 Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	22.202.270,38	29.110.367,77
Contribuições	15.605.220,75	16.200.954,36
Contribuições Sociais	15.605.220,75	16.200.954,36
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	4.350,82	44.258,79
Juros e Encargos de Mora	0,00	23.128,40
Remuneração de Depósitos Bancários E Aplicações Financeiras	4.350,82	21.130,39
Valorização e Ganhos com ativos e desincorporação de passivos	6.591.654,27	12.257.908,44
Reavaliação de Ativos	6.544.143,35	12.257.908,44
Ganhos com alienação	47.510,92	607.246,18
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.044,54	607.246,18
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	32.270.944,69	30.498.626,51
Pessoal e Encargos	458.006,42	614.721,75
Remuneração a Pessoal	458.006,42	605.789,75
Encargos Patronais	0,00	8.932,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	7.877.752,15	6.488.493,10
Aposentadorias e Reformas	7.165.474,83	6.002.478,66
Pensões	712.277,32	486.014,44
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	448.023,04	414.261,01
Uso de Material de Consumo	16.148,15	6.848,05
Serviços	410.174,58	385.712,28
Depreciação, amortização e Exaustão	21.700,31	21.700,68
Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada	0,00	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	6.252.621,52	8.227.558,35
Reavaliação, Redução a valor recuperável ajuste para perdas	6.252.621,52	8.227.558,35
Tributárias	166.452,67	143.984,87
Contribuições	166.452,67	143.984,87
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	17.068.088,89	14.609.607,63
VPD de Constituição de Provisões	17.068.088,89	14.609.607,63

Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	119.261,23	0,00
Resultado Patrimonial Do Período	-10.068.674,31	-1.388.258,74
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
Incorporação de Ativo	0,00	0,00
Desincorporação de Passivo	0,00	0,00
Incorporação de Passivo	0,00	0,00
Desincorporação de Ativo	0,00	0,00

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio da Autarquia durante o exercício. Os atos e fatos modificativos do exercício aqui demonstrados vêm ao encontro com a movimentação dos saldos das contas de receita e despesa, quando dependentes do orçamento, e daqueles que independente da execução orçamentária se alterou ao longo do exercício. Essa movimentação consolidou a informação final do Resultado apurado em 2021 na importância de R\$ -10.068.674,31 e se conforma com o resultado demonstrado no Balanço Patrimonial do presente exercício.

Nota 4.3 Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo d = (c – b)
RECEITAS CORRENTES (I)	17.500.000,00	17.500.000,00	15.658.127,03	-1.841.872,97
CONTRIBUIÇÕES	4.109.091,50	4.109.091,50	5.874.189,19	1.765.097,69
Contribuições Sociais	4.109.091,50	4.109.091,50	5.874.189,19	1.765.097,69
RECEITA PATRIMONIAL	1.000.000,00	1.000.000,00	51.861,74	-948.138,26
Valores Mobiliários	1.000.000,00	1.000.000,00	51.861,74	-948.138,26
OUTRAS RECEITAS CORENTES	0,00	0,00	1.044,54	1.044,54
Indeniz., Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	1.028,69	1.028,69
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	15,85	15,85
CONTRIBUIÇÕES	9.378.000,00	9.378.000,00	7.016.960,66	-2.361.039,34
Contribuições Sociais	9.378.000,00	9.378.000,00	7.016.960,66	-2.361.039,34
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.012.908,50	3.012.908,50	2.714.070,90	-298.837,60
Demais Receitas Correntes	3.012.908,50	3.012.908,50	2.714.070,90	-298.837,60
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	17.500.000,00	17.500.000,00	15.658.127,03	-1.841.872,97
REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	17.500.000,00	17.500.000,00	15.658.127,03	-1.841.872,97
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V=VI)	17.500.000,00	17.500.000,00	15.658.127,03	-1.841.872,97
SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	-	0,00	0,00	-
Recursos Arrecadados em Exercícios				



Anteriores							
Superávit Financeiro			-	0,00	0,00		-
Reabertura de Créditos Adicionais			-	0,00	0,00		-
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação j = (f-g)	
Despesas correntes (VIII)	9.459.581,86	9.647.152,06	9.179.524,28	9.050.930,32	9.015.453,36	467.627,78	
Pessoal e Encargos sociais	8.775.581,86	8.748.953,49	8.343.435,39	8.343.435,39	8.343.435,39	405.518,10	
Outras Despesas correntes	684.000,00	898.198,57	836.088,89	707.494,93	672.017,97	62.109,68	
Despesas de Capital (IX)	130.000,00	42.429,80	0,00	0,00	0,00	42.429,80	
Investimentos	130.000,00	42.429,80	0,00	0,00	0,00	42.429,80	
Reserva de Contingencia (X)	7.910.418,14	7.810.418,14	0,00	0,00	0,00	7.810.418,14	
Sub total das Despesas (XI)=(VII+IX+X)	17.500.000,00	17.500.000,00	9.179.524,28	9.050.930,32	9.015.453,36	8.320.475,72	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCEAMENTO (XIII)=(XI=XII)	17.500.000,00	17.500.000,00	9.179.524,28	9.050.930,32	9.015.453,36	8.320.475,72	
SUPERÁVIT (XIV)	-	-	6.478.602,75	-	-	-6.478.602,75	
TOTAL (XV) = (XIII=XIV)	17.500.000,00	17.500.000,00	15.658.127,03	9.050.930,32	9.015.453,36	1.841.872,97	
Reserva do RPPS	7.910.418,14	7.810.418,14	0,00	0,00	0,00	7.810.418,14	
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-d-e)	
DESPESAS CORRENTES	0,00	10.437,07	8.582,17	8.582,17	1.854,90	0,00	
Pessoal e Encargos Sociais	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	
Juros e Encargos da Dívida	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS	0,00	10.437,07	8.582,17	8.582,17	1.854,90	0,00	

CORRENTE:

Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversão Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	10.437,07	8.582,17	8.582,17	1.854,90	0,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	PAGOS (c)	CANCELADO S (d)	SALDO (e) = (a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	0,00	39.023,46	39.023,46	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	13.875,60	13.875,60	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00		0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTE:	0,00	25.147,86	25.147,86	0,00	0,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversão Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	39.023,46	39.023,46	0,00	0,00

A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2021 de nº 1.604/2020 estimou a receita em R\$ 17.500.000,00 (dezessete milhões e quinhentos mil reais) e fixou a despesa em R\$ 17.500.000,00 (dezessete milhões e quinhentos mil reais). Entretanto, no decorrer do exercício houve alteração orçamentária por anulação de dotação, mas que não resultou em alteração nos valores fixados na Lei Orçamentária Anual.

DESPESA FIXADA	17.500.000,00
+ Créditos Suplementares	649.052,11
+ Créditos Especiais	0,00
- Reduções	649.052,11
DESPESA AUTORIZADA	17.500.000,00

A execução orçamentária do exercício está sinteticamente demonstrada no Balanço Orçamentário, onde se verifica um superávit alcançado entre receita arrecadada e despesa empenhada no valor de R\$ 6.478.602,75 (seis milhões quatrocentos e setenta e oito mil, seiscentos e dois reais e setenta e cinco centavos).

A receita orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 15.658.127,03 verificando-se uma arrecadação a menor de R\$ 1.841.872,97. Que pode ser justificado tendo em vista que na receita orçada para 2021 estava embutida uma previsão de rentabilidade dos investimentos que não se concretizou, em virtude das nuances do mercado financeiro que apresentou resultado bem abaixo do esperado. Além disso o valor das remunerações se mantiveram congelado impactando os repasses mensais.

A receita patrimonial dos valores mobiliários é contabilizada conforme a Instrução de Procedimentos Contábeis 14, onde o procedimento recomendado é a atualização mensal do valor das cotas do fundo, registrando a marcação a mercado de acordo com o extrato bancário.

Observando o demonstrativo acima, verifica-se que a proposição de arrecadação ocorreu dentro das expectativas quando da elaboração do orçamento para 2021, e o resultado considerado como eficiente dentro das metas propostas.

Vale ressaltar que não existe valor registrado em dívida ativa, uma vez que o Ente e Contribuintes individuais estão aportando seus compromissos para com a previdência municipal dentro dos prazos fixados pela Lei 993/2011.

A despesa realizada alcançou a cifra de R\$ 9.179.524,28 (nove milhões, cento e setenta e nove mil e quinhentos e vinte e quatro reais e vinte e oito centavos).

No Anexo 1 consta a execução dos restos a pagar não processados o valor de R\$ 10.437,07 e foram pagos R\$ 8.582,17.

No Anexo 2 consta a execução dos restos a pagar processados o valor de R\$ 39.023,46 e foram pagos R\$ 39.023,46.

Nota 4.4 Balanço Financeiro

Especificação	INGRESSOS		Especificação	DISPÊNDIOS	
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	15.658.127,03	16.852.459,33	Orçamentária (VII)	9.179.524,28	7.609.168,87
Ordinária	0,00	0,00	Vinculada	9.179.524,28	7.609.168,87
Vinculada	15.658.127,03	16.852.459,33	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	7.991.566,63	7.609.168,87
Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social –	14.331.893,23	16.852.459,33	Transferência Financeiras Concedidas (VIII)	0,00	0,00



Cons. Bradesco	0,00	369.955,26	369.955,26	0,00
IRRF	0,00	584.404,63	584.404,63	0,00
IRRF Taxa de Adm.	0,00	8.833,88	8.833,88	0,00
ISS	0,00	2.350,85	2.350,85	0,00
SIMSPNA	0,00	3.039,52	3.039,52	0,00
SIMSPNA-Prover.	0,00	49,80	49,80	0,00
SIMSPNA-Odontol	0,00	540,80	540,80	0,00
SIMTED	0,00	27.756,52	27.756,52	0,00
TOTAL GERAL	68.489,31	1.534.176,30	1.409.022,87	193.642,74

O valor da dívida fluante é composto pelas contas de restos a pagar, consignações, retenções e descontos em pagamentos, como demonstrado no quadro acima.

Nota 4.6 Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
INGRESSOS	15.949.648,86	20.882.80942
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	12.891.149,85	14.094.024,41
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários E Aplicações Financeiras	51.861,74	21.130,39
Transferências Recebidas	0,00	0,00
Intergovernamentais	0,00	0,00
Da União	0,00	0,00
Dos Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
Do Município	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras Transferências Recebidas	0,00	0,00
Outras Receitas/Ingressos Operacionais	2.715.115,44	2.737.304,53
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	291.521,83	4.030.350,09
DESEMBOLSOS	9.052.515,95	7.697.243,55
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	7.613.369,57	6.421.918,62
Previdência Social	7.613.369,57	6.421.918,62
TRANSFERÊNCIAS	6.636,55	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	1.432.509,83	1.275.324,93
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	6.897.132,91	13.185.565,87
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
INGRESSOS	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
Aquisição de Ativo Não Circulante	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	0,00	0,00

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
Operações de Créditos	0,00	0,00
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
Outros Desembolsos de Financiamentos	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	6.897.132,91	13.185.565,87
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	76.985.852,10	63.800.286,23
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	83.882.985,01	76.985.852,10

No Fluxo das Atividades Operacionais ocorreram maiores ingressos que desembolsos, gerando um valor de R\$ 6.897.132,91 de resultado no ano, devido ao fato das receitas arrecadadas terem sido superiores as despesas pagas. No Fluxo das Atividades de Investimentos e de Financiamentos, não houve movimentação durante o exercício. O saldo da Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa foi positiva no valor de R\$ 6.897.132,91.

Os campos outros ingressos e outros desembolsos do fluxo de caixa das atividades operacionais contemplam situações não previstas, geralmente são valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa, visto que este campo deve demonstrar todos os lançamentos financeiros realizados e devido ao movimento de aplicações e resgates acabam majorando o valor da movimentação financeira sem, no entanto, alterar o valor de ingresso de recurso. Exemplos: recebimentos e pagamentos extraorçamentários, lançamentos das aplicações e resgates de investimentos.

Nota 4.7 Informações Relevantes

4.7.1 Demonstrativo das Despesas Administrativas para Manutenção Do RPPS

Custeio administrativo

Consoante o disposto no Art. 15 §3º, da Lei nº 993/2011, o limite para as despesas administrativas do RPPS foi fixado em 2% do total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS.

Embora a redação do § 3º do artigo 15 estabeleça que o valor da taxa de administração será de 2% calculado sobre o total da remuneração de proventos e pensões pagos no exercício financeiro anterior, a alíquota de 2% está inserida no cálculo do Plano de Custeio previsto no cálculo atuarial, assim esse percentual é repassado mensalmente com base na folha de remuneração.

Porém, o PREVINA segrega apenas o valor devido como limite de gastos calculando 2% sobre a folha de remuneração dos servidores ativos e inativos do exercício financeiro anterior, desta forma são aportados como recursos para custeio administrativo, apenas o valor destinado taxa de administração preservando o restante para pagamento de benefícios, conforme descrevemos a seguir:

Total das remunerações de 2020 R\$ 68.975.542,35

Valor para a Taxa de administração no ano de 2021 (2% do total das remunerações de 2020) R\$ 1.379.510,85

Valor mensal da Taxa de administração para o ano de 2021 R\$ 114.959,24.

Conforme processo Administrativo nº 30/2021 e Resolução do Conselho Curador nº 77/2021

A execução das despesas administrativas deu-se da seguinte forma no exercício de 2021.

Receita Recebida para Custeio Administrativo	1.379.510,85
Despesas empenhadas de Adm. - RPPS	1.187.957,65
Despesas Correntes	1.187.957,65
Pessoal e encargos sociais	462.648,58
Demais despesas correntes	725.309,07
Despesas de Capital	-
Resultado Superavitário	191.553,2

O Controle da reserva administrativa conforme (port. MPS nº 402/08, art.15, III) e port. MF nº 464/18, art. 51, §3º). R\$

Saldo de Reserva em 31/12/2020	791.230,68
(+) Aplicações	868.203,59
(-) Resgates	401.188,21
(+) Rendimento das Aplicações	53.682,24
(-) Rendimento das Aplicações	R\$ 4.029,45
Saldo de Reserva em 31/12/2021	1.307.898,85

4.8 Considerações Finais

As Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis foram elaboradas com o objetivo de apresentar informações relevantes da Gestão do Instituto, evidenciando de forma analítica a situação patrimonial do



Instituto a fim de tornar mais transparente os dados contidos nos demonstrativos apresentados no exercício de 2021.

Nova Andradina-MS, 14/02/2022.

Edna Chulli
Diretora Presidente

Gislaine Teixeira Ervilha
CRC/MS 012922/O-2